

Editorial

Você vai ler nesta edição, dentre outras coisas, os principais acontecimentos da 2ª Reunião Anual da RET-SUS e do 2º Seminário de Educação Profissional do Cefope de Natal, Rio Grande do Norte, que aconteceu logo em seguida. Primeiro, chamamos atenção para o novo espaço de comunicação que foi criado e lançado no encontro: o site da RET-SUS. Em segundo, no meio de tudo que aconteceu em três dias de uma programação intensa, destacamos o debate que gerou a proposta de um novo texto para a portaria que institui a Rede. Independentemente das propostas finais, todos os presentes assistiram e participaram de uma interessante discussão, que envolveu a administração de diferentes opiniões e a construção de consensos. E o que é mais importante: evidenciou um interesse e, conseqüentemente, um compromisso coletivo com a mobilização da Rede.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS

Aproveito a oportunidade para parabenizá-los pela revista. Fico muito feliz. Participei no início dessa discussão e hoje posso contribuir na divulgação dessa grande conquista de articulação da educação profissional e o SUS, na graduação e pós-graduação na odontologia, pois minha vida profissional teve uma reviravolta e não estou mais numa ETSUS, mas mesmo assim não deixei de lutar pela causa. Mais uma vez parabéns!!

Luciane Maria Pezzato
Campinas-SP

Sou profissional da Saúde- Educadora em Saúde Pública e trabalho com processos coletivos, e tenho participação ativa no Polo de Educação Permanente Noroeste Paulista e fui selecionada tutora pra formação de facilitadores na Educação Permanente no est de são Paulo. Gostaria de receber a revista Ret-Sus que muito enriquece nosso trabalho abordando questões fundamentais.

Maria Aparecida Davi Monteiro
Andradina - SP

Tive grande satisfação com a oportunidade de leitura dos dois primeiros exemplares da Revista RET-SUS. Venho por meio deste, solicitar, estudo sobre a possibilidade de recebimento dos próximos exemplares da Revista.



Cabe ressaltar que sou aluno da segunda turma do Curso de Habilitação Profissional em Técnico em Imobilizações Ortopédicas - Escola Técnica - SUS São Paulo (Centro de Formação dos Trabalhadores de Saúde) e membro, eleito pelos alunos, do Conselho Escolar. Agradecido pela atenção dispensada, despeço-me, antes parabenizando a todos os envolvidos pelo excelente trabalho, cujo resultado foram os dois brilhantes exemplares da Revista.

Marco Antonio Januario
São Paulo - SP

Parabenizo a Secretaria Técnica da RET-SUS pela iniciativa desta publicação tão rica de informação. Agradeço por ter sido contemplada com um exemplar.

Maria de Fátima Medeiros Saldanha
Instrutora do Profae-Cefope-RN

Quero parabenizá-los pela revista. Está ótima! espero recebê-la em nossa biblioteca o mais rápido possível.

Zildeja Nogueira Alves
Bibliotecária - ETESB

CAIU NA REDE É PEIXE!



‘A Reforma Sanitária brasileira é um Mario Rovere fala sobre metodologia e organização

Médico Sanitarista com residência em Saúde Internacional e coordenador do mestrado de Saúde Pública da Universidade de Buenos Aires, Mario Rovere é especialista em redes de saúde. Nos dias 29 e 30 de novembro, ele coordenou, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no Rio de Janeiro, a oficina ‘Trabalhos de Redes e a Formação Profissional’, a convite da Vice-presidência de Ensino e Recursos Humanos da Fiocruz. Durante a programação, houve apresentação de algumas experiências de articulação em rede das quais a Fiocruz participa. Dentre elas, a Rede de Escolas Técnicas do SUS. Nesta entrevista, Rovere explica as especificidades de se trabalhar em rede, fala sobre educação profissional em saúde e dá algumas dicas para o crescimento da RET-SUS.

Quais as vantagens e as especificidades de se organizar em rede?

A organização em rede é uma proposta contra-hegemônica que se opõe à organização hierárquico-burocrática e à organização fragmentada na forma de arquipélago. Sua importância foi descoberta por conta da mudança de uma produção fabril, centrada na grande escala de produtos padronizados, para uma produção com grande diversidade qualitativa, flexibilidade e cujo valor agregado é, principalmente, de trabalho intelectual.

O senhor diz que as redes existem na sociedade. Como podemos identificar as redes de que fazemos parte e tirar proveito delas?

Nós somos parte dessas redes e nelas nos constituímos como seres sociais. As redes se centram nos vínculos entre as pessoas e esses vínculos podem ser de vários tipos. Por isso existe na psicologia social uma área especializada na terapia em rede, que consegue resultados bem melhores para problemas como a dependência de drogas e a violência. Autores como Slutsky, nos Estados Unidos, ou Mony Elkaim, na Europa, têm trabalhado muito a noção de ‘sanear as redes’. Além do uso ‘terapêutico’, nas práticas sociais

é crescente o uso da organização em redes para estabelecer uma estrutura leve e situacional. Eu acho que o movimento ‘Fora Collor’ foi, na sua época, um exemplo de organização em redes.

Quais os principais conceitos e valores que estão em jogo numa rede?

Principalmente o valor da democracia direta, o respeito à diversidade e à diferença, a aceitação do outro, a solidariedade, a construção de consensos a partir da explicitação dos dissensos e a procura de objetivos socialmente valorizados de forma coletiva. Acho, além disso, que o exercício rotativo das lideranças é uma forma muito efetiva de capacitação e educação permanente.

Qual a diferença entre rede, rede social e rede de movimentos sociais?

Esses conceitos não são categorias taxonômicas. Na prática, as redes reais são uma mistura de todas elas. Mas poderíamos pontuar assim: a metodologia de construção de rede com que nós trabalhamos inspira-se nos aportes da psicologia social, da saúde mental e da análise institucional. Concentra-se na possibilidade de cada ator ser protagonista na forma de vincular ou

sanear os vínculos entre os nós da rede. A gestão de redes é o uso do referencial de redes para desconstruir uma organização muito hierárquica e facilitar as relações entre as unidades e os membros. Além disso, facilita as relações com o ambiente (usuários, fornecedores, etc). A organização em rede é mais um processo do que um resultado. A análise de rede ou rede social é o uso do referencial de redes para pesquisar relações e vínculos. Por exemplo, uma pesquisa sobre contatos nas doenças de transmissão sexual. Ela tem sua origem na sociologia inglesa dos anos 60 e 70. O duplo uso da idéia de ‘rede em movimento’ ou ‘movimento em rede’ produz uma boa aproximação dinâmica dessas relações. A experiência dos chamados ‘novos movimentos sociais’ — movimentos ecologistas, de gênero, sem terra, igrejas de base, os que resistem à idéia de globalização e muitos outros — fazem um uso sistemático da noção de rede, embora ela não esteja no centro do discurso mas sim das práticas. Eu também acho que a Reforma Sanitária brasileira e a construção do SUS é um bom exemplo desse uso.

O senhor diz que a organização em rede fortalece a democracia. Uma pessoa ou instituição participa de várias redes e está inserida tam-

exemplo de organização em rede'

social em rede



bém em várias pirâmides. No caso da RET-SUS, por exemplo, cada Escola está ligada hierarquicamente à Secretaria de Saúde ou Educação. Como a rede pode 'contagiar' a pirâmide e vice-versa?

Eu gosto muito da perspectiva do educador brasileiro Lefevre, que fala em "construir uma realidade didática analógica a um projeto de sociedade futura". A possibilidade de construir e aprofundar a RET-SUS tem que se sustentar em uma redefinição permanente do que é a formação técnica e de como você consegue o melhor *mix* entre a precisão e o rigor da formação profissional e o compromisso e a militância dos alunos e dos graduados na construção do SUS e do direito à saúde. Daí que a mudança deve começar nas aulas e nos modelos organizacionais das Escolas. A democratização das instituições pode ser inspirada e até contagiada pelas próprias redes na medida em que as Escolas procurem formar sujeitos atuantes e capazes de redefinir os espaços de trabalho.

O senhor diz que a Saúde Pública, especialmente no Brasil, já tem tradição de se organizar em rede. Quais os principais exemplos?

Na minha breve experiência, a construção do próprio SUS é um desrespeito às organizações hierárquico-burocráticas. A noção de um movimento sanitário de forma transversal, que desafia a própria organização dos partidos políticos; a conexão entre academia, serviços e população; as conferências sanitárias; e o Conasems (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde) como um ator relevante no cenário do SUS são situações 'normais' para quem trabalha em saúde no Brasil, mas, para quem vem de fora, representam mudanças institucionais, sociais, políticas e técnicas sem comparação no mundo sanitário. Para mim, isso não poderia ter sido possível

sem uma forma de se pensar em rede.

A RET-SUS é uma rede de Escolas geograficamente distantes, que lidam com educação profissional em saúde e têm, em geral, dificuldade de acesso ou de hábito com as novas tecnologias de comunicação. Como dinamizar, articular e promover as trocas numa rede como essa?

O uso das novas tecnologias da comunicação deve ser parte da formação técnica. No futuro, as pessoas terão que trabalhar em serviços de saúde muito mais interligados e interconectados não só nas tecnologias de gestão, mas nas tecnologias centrais também. Refiro-me a redes de laboratórios, de centros de diagnóstico, etc. As Escolas têm que se antecipar a esse movimento. Eu estive em uma escola agrícola no interior do sertão, em Valente, Bahia, e pude confirmar que, quando as pessoas querem, as possibilidades tecnológicas existem. Com seis horas de energia elétrica por um gerador, eles tinham acesso à internet para todos os alunos. Também tive o privilégio de conhecer o projeto de 'inclusão digital' que oferece educação e acesso ao computador a meninos e meninas de baixa renda. O projeto nasceu no Rio de Janeiro e hoje está em mais de dez países da América Latina.

Fazem parte da RET-SUS as ETSUS do Brasil inteiro, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (onde funciona a Secretaria Técnica da Rede) e o Ministério da Saúde. Qual deve ser o papel de cada um desses elos?

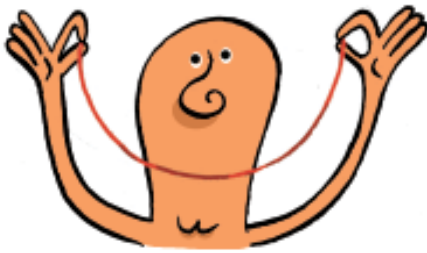
Eu gostaria de enfatizar que as redes devem ser multicêntricas, mesmo que o tamanho e as possibilidades dos nós ou dos parceiros da rede sejam muito diferentes. A lógica de grupo diz que todos os parceiros são iguais na hora da to-

mada de decisão. A lógica da equipe ou do trabalho especializado diz que todos são diferentes na hora de agir. A complexidade é que, na hora do poder de decisão, todo parceiro é igual, mas, na hora de agir, cada um trabalha de acordo com as suas possibilidades. Como a rede pode ter sub-redes, é muito útil gerar coordenações múltiplas para que todos os nós possam ter a experiência de liderança de alguma tarefa e se evoluir (e envolver) muito mais.

Os elos da RET-SUS têm, como campo de atuação, a educação profissional em saúde. Como ela pode influenciar diretamente a educação profissional, a formação e a saúde pública em geral no Brasil?

Eu imagino, por minha experiência nos outros países da região, que o grande desafio para a formação técnica é como não formar profissionais 'subordinados', que sejam funcionais a qualquer política de saúde. Eu acho que a formação profissional tem que se envolver nas outras fases do processo de profissionalização dos técnicos e *empoderá-los*, facilitando a geração de novas legislações, espaços de troca entre alunos e graduados, sistemas de créditos para ter acesso a outras formações profissionais, etc. O futuro dos serviços de saúde poderá trazer algumas surpresas, como uma redução do número de leitos hospitalares e muita tecnologia para fortalecer a atenção primária. E os alunos devem se preparar para essa possibilidade. A própria municipalização da saúde traz mudanças que chegam até os processos de trabalho. A participação popular, a democratização dos serviços de saúde e a geração de espaços de atendimento têm que contar com um segmento técnico profissional atuante e comprometido com as necessidades da população.■

Capa



Saúde bucal é novo desafio de Brasil Sorridente incentiva cursos de ACD e THD

A coordenadora da seção odontológica da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, em Minas Gerais, não é dentista. À frente desse cargo está Conceição Correia, uma Técnica de Higiene Dental (THD) formada pelo Centro Formador da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. A história de Sãozinha, como é conhecida, é um exemplo da responsabilidade política das Escolas Técnicas do SUS no momento em que são incentivadas a formar THD e Auxiliares de Consultório Dentário (ACD) que vão contribuir para modificar o quadro da saúde bucal do país. Nacionalmente, isso faz parte de um programa do governo federal chamado Brasil Sorridente. Na base desse Programa, e do desenvolvimento dessa área nos últimos anos, está a idéia de que a saúde bucal é parte indissociável da saúde integral dos indivíduos e, portanto, responsabilidade do Sistema Único de Saúde.

Nos serviços e na Escola

O objetivo do Brasil Sorridente, lançado em março deste ano, é ampliar a assistência odontológica da população. O governo está se baseando em números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais 30 milhões de brasileiros nunca foram ao dentista (incluindo 13% dos adolescentes do país) e oito milhões são banguelas totais ou parciais. Para atingir esses objetivos, o Programa vai investir R\$ 1,3 bilhão. A primeira estratégia é criar e credenciar Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), que vão complementar os serviços das unidades básicas de

saúde com atendimento especializado em áreas como cirurgia oral, atendimento a pacientes com necessidades especiais, periodontia (gengiva), endodontia (canal) e diagnóstico oral, com ênfase na identificação do câncer de boca, além de extração dentária, restauração, pequenas cirurgias, aplicação de flúor e resina.

Para prevenir as doenças bucais, o governo também promete garantir a fluoretação da água em todos os municípios brasileiros — onde não há flúor, a incidência de cáries cresce 49% — e distribuir dois milhões de kits com escova e pasta de dente para alunos da rede pública.

Mas, de tudo isso, o que diz respeito mais diretamente às Escolas Técnicas é que o Programa está incentivando a formação dos profissionais que vão atuar na saúde bucal. Por conta disso, todas as ETSUS estão recebendo recursos específicos para a formação de THD e complementação dos profissionais que cursaram o Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Embora devam ser pactuados nos pólos de educação permanente, a prioridade desses cursos já está dada como diretriz nacional e, portanto, ele contam com recursos próprios.

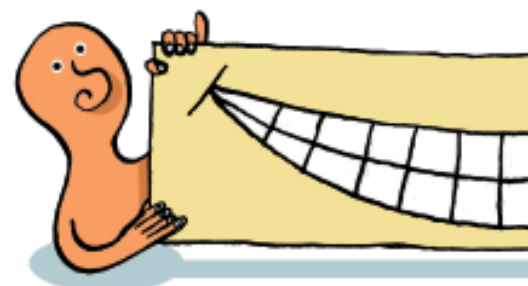
O Programa espera espalhar 400 CEOs pelo Brasil até 2006. Levando-se em conta que a equipe de cada um deles deve ter, no mínimo, um dentista, um ACD e um THD, pode-se ver o tamanho do desafio posto às ETSUS como instituições de ensino e ordenadoras da formação de nível técnico em saúde. “A formação do THD tem sido um exercício importante para as ETSUS, pois elas estão tendo que formular seus projetos a partir da

realidade do serviço, ou seja, estão tendo que buscar junto à realidade quais as necessidades de formação. Isso tem sido muito interessante, porque vai colocando as Escolas num outro cenário de debate em relação à formação técnica”, diz Simone Machado, coordenadora de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS.

Formação em Saúde Bucal

Não por acaso, ‘Educação e construção da cidadania’ é o título do primeiro tópico do relatório final da 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, que aconteceu de 29 de julho a 1º de agosto deste ano, em Brasília. “A necessidade de mudança faz da educação instrumento formador da consciência do sujeito socialmente responsável e elemento fundamental no contexto da atenção à saúde”, diz o texto. Sobre esse tema, o relatório aponta 83 propostas, boa parte delas associando educação e comunicação — como, por exemplo, o incentivo à divulgação e criação de campanhas para conscientizar a população sobre os problemas odontológicos — e educação formal e educação popular.

No terceiro capítulo do relatório, lá está ela de novo: ‘Formação e trabalho em saúde bucal’. O texto não analisa detalhadamente a formação de profissionais de nível médio em saúde bucal, mas conclui que ela “tende a utilizar o mesmo marco conceitual pedagógico do nível universitário”, o



formação para o SUS

que significa uma forte crítica negativa porque, segundo o relatório, a graduação da área odontológica “não está cumprindo o seu papel na formação de profissionais comprometidos com o SUS e com o controle social”. Trata-se, ainda de acordo com o relatório, de um modelo formador “dissociado da realidade brasileira”, que não se compromete com as necessidades da população”.

Melhor acender a luz amarela e ligar o alerta, já que esse novo modo de olhar a saúde bucal no Brasil virou um desafio para a educação. “Precisamos que nosso processo de formação e capacitação dos profissionais assuma um caráter estratégico. Necessitamos agora de novos enfoques para o trabalho em saúde bucal; da lógica do trabalho em equipe, da compartilhagem do conhecimento, da abordagem multidisciplinar e integral da assistência em saúde bucal”, diz a introdução ao perfil de competências do THD e ACD, assinada pelo Ministro Humberto Costa.

A despeito das críticas à educação de nível médio em geral, em 57 deliberações sobre a formação e 43 sobre o trabalho, o relatório da Conferência cita as ETSUS nominalmente algumas vezes e, no tópico 51, explicita qual deve ser o papel dessas instituições: “A formação dos trabalhadores de nível médio em saúde bucal para o SUS deve ser feita preferencialmente pelas Escolas Técnicas do SUS, favorecendo assim uma ligação mais estreita entre os serviços de

saúde e educação”.

Tudo indica que a área odontológica está começando a ocupar seu espaço no cenário da saúde pública brasileira, o que aponta, não só para a melhoria da saúde bucal da população, mas também para o aumento dos postos de trabalho nessa área e a necessidade de formação de novos profissionais e daqueles já inseridos no sistema. Um primeiro passo para isso foi a portaria nº 673/03, do Ministério da Saúde, que permite que os municípios aumentem suas equipes de saúde bucal, podendo até alcançar a mesma quantidade de equipes de saúde da família — antes, esse número só podia chegar à metade do PSF. Além disso, o Brasil Sorridente prevê um aumento dos incentivos a essas equipes de saúde bucal do PSF: a modalidade I (dentista e ACD) receberá R\$ 20.400 e a modalidade II (que tem também o THD) receberá R\$ 26.400.

ETSUS engajadas no Brasil Sorridente

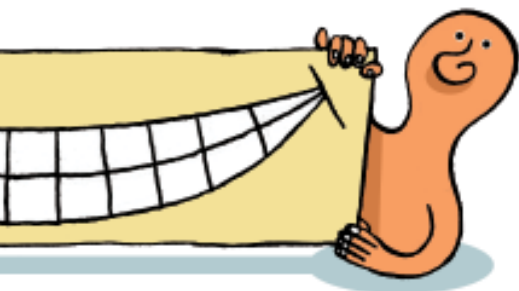
Com todo esse movimento, as Escolas Técnicas do SUS também estão se mexendo. Muitas construindo os planos, outras já implementando cursos. Praticamente todas elas estão oferecendo — ou começarão no próximo ano — o ACD e o THD. O Centro Formador de Pessoal Caetano Munhoz da Rocha, no Paraná, por exemplo, já lançou oito turmas de THD em outubro. De acordo com a coordenadora do curso, Débora Massaro, eles não puderam perder tempo, dentre outras coisas, porque, a



partir de janeiro de 2006, o Conselho Regional de Odontologia (CRO) vai exigir diploma para o desempenho da função de técnico. Isso significa que o Conselho não vai mais aceitar uma prática que é comum hoje: a declaração do dentista atestando que o profissional está apto a exercer a ocupação. O mesmo vale para o ACD: quem quiser seu registro no Conselho terá o prazo de um ano para concluir o curso.

Débora diz que a Escola está atenta ao Brasil Sorridente. Segundo ela, lá serão criados 22 CEOs. “A demanda de profissionais vai crescer. Por isso, vamos abrir mais turmas de ACD e THD e estamos esperando a decisão do pólo para abrimos o de TPD”, diz. Ela acredita que os CEOs vão direcionar melhor a formação e, por consequência, o Brasil Sorridente vai possibilitar que a Escola atenda à demanda real de cada localidade.

Mas o que fazem esses profissionais que as ETSUS estão se preparando para formar? Segundo Conceição Correia, ex-aluna da ESP-MG,





o campo de atuação do THD é bem abrangente. “Ele trabalha na prevenção, na profilaxia coronária, na aplicação de celante e flúor, além de fazer palestras. Seu principal papel é a promoção da saúde, ele ensina o paciente a escovar os dentes, instrui sobre noções de higiene, faz a triagem e o encaminha para o dentista”, explica. Já o ACD, diz, trabalha diretamente com o dentista, fazendo a instrumentação e os procedimentos de limpeza, esterilizando o material, desinfetando a cadeira, enfim, preparando o ambiente para o dentista. Ele também marca as consultas e preenche a ficha do paciente. Atentando para o perfil de competências desses profissionais e para o discurso dos militantes da saúde bucal, é preciso identificar uma mudança. “Antes, a função do técnico era ‘tampar buraco’. Hoje, o mais importante é prevenir”, destaca.

Em Bom Despacho, onde Conceição trabalha, o Brasil Sorridente ainda não chegou. Mesmo assim, o Centro de Atenção à Saúde Bucal coordenado por ela atende 140 pessoas por dia. “Acho que mais da metade da população está consciente da necessidade de prevenir”, avalia.

O primeiro passo para que esse trabalho fosse adiante foi travar um diálogo com a associação de moradores da região. A clínica fez uma parceria com o Programa de Saúde da Família local e hoje Conceição conta com o trabalho dos ACS para agendar o atendimento da população.

Quando o Brasil Sorridente chegar por lá, já vai encontrar uma estrutura que funciona com interdisciplinaridade, trabalho em equipe e integração dos serviços. Valores que se aprendem na Escola: “Antes, eu trabalhei um ano sem nenhuma formação. O curso de THD abriu minha cabeça”, conclui Conceição. ■

Polêmica na formação do ACD

Nas vésperas do Natal, as Escolas Técnicas do SUS receberam o convite para participar de um abaixo-assinado eletrônico. O Cefope, do Rio Grande do Norte, está pedindo o apoio das ETSUS para contestar a Decisão 61/2004 do Conselho Federal de Odontologia (CFO), que determina que a carga horária mínima do curso de ACD é de 300 horas. A Decisão 47/2003, alterada pelo novo documento, exigia pelo menos 600 horas-aula.

Para Lêda Hansen, a decisão do CFO é muito polêmica porque vai de encontro ao perfil profissional do ACD, que foi homologado em 21 de outubro de 2003 como resultado de discussões e consensos entre várias instituições, dentre elas a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass), o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), a Associação Brasileira de Odontologia Nacional (ABO Nacional) e a Federação Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Odontologia. “Em apenas 300 horas, é impossível atender a esse perfil”, opina Leda. E completa: “Foi consenso que o ACD deve atuar também

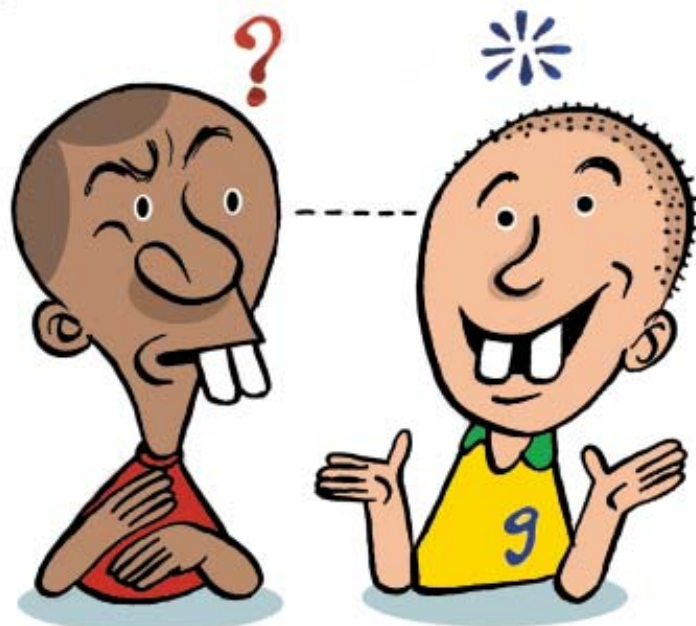
na promoção e divulgação da saúde bucal. Com essa carga horária insuficiente, só é possível formar um trabalhador voltado para as atividades clínicas, ou seja, para ajudar o dentista. É um desrespeito ao cidadão”.

O secretário-geral do CFO, Marcos Santana, se defende, dizendo que o Conselho está apenas seguindo o Parecer 460/75, do Ministério da Educação, segundo o qual as 300 horas são suficientes nos casos em que o aluno já tenha ensino fundamental completo. Na verdade, esse parecer foi derrubado junto com a lei 5692 para dar lugar à LDB. Mas como nenhuma portaria entrou no lugar, o caso fica sem regulação.

Ele destaca ainda que o perfil lançado pelo Ministério da Saúde é apenas uma sugestão, já que o responsável pela regulação da carga horária dos cursos é o MEC.

Apesar dessa resolução do CFO, o Cefope vai manter seu curso de ACD com 650 horas. “Nosso compromisso é com a melhoria dos serviços”, diz.

Em breve, a discussão sobre essa polêmica pode estar no site da RET-SUS. Não deixe de dar a sua opinião.



Unimontes lança seu Manual Pedagógico

“O manual da Escola deve ser o livro de cabeceira do professor”, diz Iza Cotrim, que organizou, junto com a professora Laura Leão, o Manual Pedagógico da Escola Técnica de Saúde Unimontes. Além de conter orientações básicas do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, que inclui o currículo integrado, a metodologia problematizadora e o conceito de competências, o manual dá dicas aos professores e coordenadores sobre como planejar suas atividades.

A idéia do manual surgiu no curso de pós-graduação em Docência para Educação Profissional, cursado pelas duas professoras. Durante a pesquisa de final de curso, Iza e Laura perceberam que a maioria dos professores da Escola não possui formação em educação. “O manual vai ajudar nossos docentes a entender um pouco a filosofia da ETSUS e os princípios do PPP”, explica Laura.

O projeto teve o financiamento do componente 2 do Profae e foi orientado pela professora Ilma Passos, da Universidade de Brasília, que é doutora em educação.

Cefor Araraquara inova com Projeto Político Pedagógico

Interdisciplinaridade. Esse é o principal conceito do inovador Projeto Político Pedagógico (PPP) que vem sendo desenvolvido e proposto por Márcia Cintrão, professora do Cefor Araraquara. O projeto nasceu como trabalho final do curso de pós-graduação semipresencial ‘Formação Pedagógica em Educação Profissional de Saúde: Enfermagem’, oferecido a 75 professores da região, como parte do componente 2 do Profae.

A diretora do Cefor, Maria Helena de Nardi, resolveu aproveitar a pesquisa e o conhecimento que está sendo produzido pela professora para analisar e reformular o PPP da Escola. Nessa análise, Márcia percebeu que os currículos ainda seguem alguns parâmetros da década de 70, como o de formar profissionais preocupados apenas com a técnica. “Antes, os trabalhadores faziam uma atividade mecânica, cumpriam as tarefas sem questionar. Hoje, precisamos de pessoas que tenham uma visão mais humana da saúde”, explica a enfermeira, que faz mestrado em Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas, na USP de Ribeirão Preto.

Para Márcia, a Lei 9.394/96 da nova LDB já oferece avanços pelo fato de inserir nos PPP o conceito de

competências. “Utilizamos o método da problematização, ou seja, fazemos uma ponte entre a teoria e a prática. Segundo Paulo Freire, é preciso partir da necessidade do aluno para ensinar como deve ser na prática”, diz.

A equipe do Cefor Araraquara acredita que a Escola deve formar um profissional que, além da técnica, tenha uma visão humanitária do seu trabalho. Para isso, está sendo pensado um Projeto Político Pedagógico baseado na interdisciplinaridade. “A idéia é mostrar para o aluno o que uma disciplina tem a ver com a outra. Os professores das duas matérias montariam o plano de aula juntos”, explica. Um exemplo, segundo Márcia, poderia ser um plano de curso comum para as disciplinas de Psicologia, Relacionamento Interpessoal e Enfermagem em Saúde Mental. “Essas matérias seriam dadas concomitantemente. Na medida do possível, dois professores estariam juntos em sala de aula”, diz.

No próximo ano, a proposta de reformulação será apresentada para todos os professores da ETSUS Araraquara. A partir daí, eles serão divididos segundo suas especialidades para criar um projeto político pedagógico por área.

ETIS promove curso técnico de enfermagem nos hospitais do Rio

A partir de dezembro, os cursos descentralizados da Escola Técnica de Saúde Izabel dos Santos (ETIS) também acontecerão dentro dos hospitais estaduais do Rio de Janeiro. O projeto é uma parceria entre a ETIS, a Secretaria Estadual de Saúde e as

Unidades de Emergências dos hospitais Carlos Chagas, Alberto Schweitzer, Rocha Faria, Pedro II, Eduardo Rabello, Adão Pereira Nunes e Getúlio Vargas, todos do município do Rio de Janeiro.

As aulas, que começaram dia 15 de dezembro, são oferecidas em dois

turnos. A Escola promoveu a capacitação pedagógica para 70 enfermeiros dos hospitais, que serão os professores dos cursos. Até julho do ano que vem, serão contemplados 324 profissionais, mas a meta da Escola é formar aproximadamente 3 mil auxiliares em técnico de enfermagem.

Reunião Anual da RET-SUS acontece em Natal

Rede lança site, discute educação permanente e sugere novo texto para portaria

Lançamento do site, troca de experiências sobre a participação nos pólos de educação permanente e proposta de revisão do texto da portaria que instituiu a Rede foram os temas tratados na 2ª Reunião Anual da RET-SUS, que aconteceu no Cefope, em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 30 de novembro. Participaram do encontro diretores e coordenadores de ensino das Escolas Técnicas do SUS de todo o país. A pauta foi definida a partir das necessidades e demandas apontadas na última reunião de trabalho da Rede, em setembro.

Dando continuidade a um projeto de comunicação que começou com a criação desta Revista, a Secretaria Técnica lançou o site da RET-SUS, que fica no endereço www.retsus.epsjv.fiocruz.br. Além de divulgar notícias — que serão anunciadas periodicamente por um boletim eletrônico enviado por e-mail —, o objetivo do site é reunir informações institucionais sobre a Rede e sobre cada uma das Escolas que a compõem. Quem navegar pelo site vai poder conhecer todas as ETSUS, obter informações sobre os cursos que elas oferecem e entender um pouco mais sobre educação profissional em saúde.

Avançando nos PEP

A participação das ETSUS nos pólos de educação permanente (PEP) não só aumentou como ficou mais qualificada desde a última reunião de



trabalho da Rede, que aconteceu cerca de três meses antes. Essa foi a principal impressão que ficou dos relatos das Escolas do Acre, Bahia, Blumenau (SC), Assis (SP) e Alagoas, durante a Reunião Anual. Durante o debate, outras ETSUS comentaram suas experiências.

Na maior parte dos casos, o roteiro se repetiu: dificuldade de inserção no início, constatação de que a maioria dos pólos não dava importância à educação profissional e de que é preciso trabalho pesado para conquistar espaço. A portaria 198, que instituiu os PEP e cita as Escolas Técnicas como instituições de formação em saúde, foi apontada como uma ferramenta importante na luta pela participação. Terezinha Carneiro, diretora da Escola de Blumenau, por exemplo, contou que, certa vez, perguntaram o que ela estava fazendo na reunião do pólo. Com a portaria debaixo do braço,

ela reafirmou que a ETSUS é um ator fundamental para a educação permanente em saúde.

Segundo Talita Lima, da Escola do Acre, que tem uma participação ativa e proveitosa no único pólo do estado, no começo ninguém entendia muito bem o que era educação permanente e tudo se resumia à briga pelos recursos, uma “corrida ao ouro”. Hoje, passada essa fase, ela disse se sentir uma representante do pólo na Reunião Anual. Um ponto destacado por todas as Escolas foi a necessidade de as ETSUS conquistarem um assento no conselho gestor dos pólos, apontado como um lugar de reconhecimento.

Simone Machado, do Deges/SGTES/MS, que coordenou essa mesa de experiências, destacou que ganhar espaço para a educação profissional e para as ETSUS nos pólos é importante, mas não é o único desafio. Segundo ela, as Escolas precisam participar da for-

mulação da política mais ampla, contribuindo, por exemplo, para a mudança nas graduações em saúde. “O lugar de formulador não deve ser só para a educação técnica”, explicou.

Nova portaria

O número de representantes das Escolas Técnicas na comissão geral de coordenação da RET-SUS vai subir de um para cinco. E essa comissão terá, dentre outras coisas, a responsabilidade de aprovar a entrada de outras instituições públicas, ligadas à educação profissional mas que não são ETSUS, na Rede. Isso porque alguns dirigentes de universidades públicas estaduais e federais já têm participado e contribuído com as trocas em todas as últimas reuniões da Rede.

Essas foram as principais mudanças propostas no texto da portaria que institui a RET-SUS, um documento emitido em 2000 que precisa ser atualizado para dar conta tanto da nova estrutura do Ministério da Saúde

quanto das configurações que a própria Rede adquiriu nos últimos meses.

A decisão mais polêmica, que gerou debate, foi que, apesar de poderem participar da Rede, as Escolas não vinculadas administrativamente à gestão do SUS (secretarias de saúde) não podem integrar a comissão geral de coordenação da RET-SUS.

Outra mudança foi a substituição da antiga Coordenação de Recursos Humanos em Saúde pela Coordenação de Ações Técnicas do Deges/SGTES, respeitando-se a nova organização do Ministério da Saúde. Os próximos passos são submeter as sugestões ao departamento jurídico do Ministério da Saúde e, em seguida, indicar ao Ministro para assinatura.

Embora a nova portaria ainda não esteja em vigor — a SGTES vai encaminhar as sugestões para apre-



ciação da assessoria jurídica e submetê-las à aprovação do Ministro —, a eleição dos representantes da comissão geral de coordenação aconteceu, na própria Reunião Anual, já segundo a nova proposta. Do grupo eleito (ver tabela), a diretora do Cefope, do Rio Grande do Norte, Vera Lucia Ferreira, foi indicada também como representante das Escolas no Comitê Consultivo da Biblioteca Virtual em Saúde da área temática Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS).■

REGIÃO	TITULAR	SUPLENTE
Norte	Talita Lima (Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha - AC)	Viviane Lima (Escola Enfermeira Sanitarista Francisca Saabedra - AM)
Nordeste	Vera Lucia Ferreira (Cefope - RN)	Maria das Graças Tonhá (Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis - BA)
Centro-Oeste	Eliete Saragiotto (Escola de Saúde Pública Dr. Agrícola Paes de Barros - MT)	Helia de Macedo (Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás)
Sudeste	Sonia Alves (Escola Técnica Enfermeira Izabel Santos - RJ)	João Canela (Escola Técnica de Saúde da Unimontes - MG)
Sul	Terezinha Carneiro (ETSUS Blumenau - SC)	Arlete Spoladore (Cefor Caetano Munhoz da Rocha - PR)

Seminário discute qualidade na Educação Profissional

Dois conferências e várias mesas de experiências marcam dois dias de trabalho

Buscar uma proposta educacional incluyente e de qualidade. Esse foi, segundo a diretora Vera Lucia Ferreira, o principal objetivo do 2º Seminário de Educação Profissional do Cefope, Rio Grande do Norte. O evento, que sucedeu a 2ª Reunião Anual da RET-SUS, aconteceu nos dias 1º e 2 de dezembro, no próprio Centro Formador, e contou com a presença dos diretores e coordenadores de ensino de todas as Escolas Técnicas do SUS, além de professores e profissionais de saúde do estado.

A programação incluiu duas grandes conferências e diversas mesas-redondas com apresentação de experiências de pós-graduação para docentes, pesquisa, educação a distância e estratégias de ensino para uma aprendizagem significativa.

Mundo do trabalho

Gaudêncio Frigotto, professor da Universidade Federal Fluminense (RJ) e um dos mais importantes nomes da área de Educação, fez a conferência de abertura do Seminário, com o tema 'Trabalho, Conhecimento e Cultura como eixos estruturantes da educação profissional'. Sobre os três conceitos do título, ele destacou o trabalho como direito e dever, a cultura como tudo que tem a marca de valores e significados humanos, e o conhecimento como algo que é criado na vida e que o ser humano busca o tempo todo.

O professor fez um histórico das mudanças que trouxeram a perda de direitos fundamentais para a humanidade no mundo atual e destacou as desigualdades resultantes desse



processo. "De um lado, temos avanço científico e tecnológico; do outro, concentração de renda", disse. Segundo ele, na década de 80, a sociedade deu um passo atrás e retomou um processo que tinha sido interrompido depois das duas grandes guerras mundiais: a mercantilização de questões sociais como saúde e educação. "Quando comecei a trabalhar, eu não precisava ter um seguro de saúde, que é só para quem pode pagar. Fora da esfera pública, não existe direito, só negócio", disse.

Gaudêncio fez críticas à pedagogia das competências que, segundo ele, trata-se de fórmula antiga que, se não for devidamente qualificada, só incentiva a preguiça mental. "Empregabilidade hoje é para quem tem uma lista restrita de competências. Essa é uma outra forma de dizer que não há vaga para todo mundo", completou.

Toda a fala da conferência foi uma defesa da educação básica e da ampliação de escolaridade como um

direito de todos e pressuposto de cidadania. "Para mim, a educação profissional de qualidade é uma boa educação básica e média que não separe o geral do técnico. Quem tem a base apreende novos conhecimentos e técnicas rapidamente", explicou.

Para encerrar sua fala, dizendo que no auditório estava representado um "Brasil bonito", o professor declamou o poema "Desejo a você", de Carlos Drummond de Andrade.

Saber popular

No segundo dia, José Ivo Pedrosa, coordenador de ações populares do Deges/SGTES/MS, fez a conferência 'A inserção da Educação Popular na Formação dos Trabalhadores de Nível Médio da Saúde'. Falando pelo campo da educação popular em saúde, ele destacou a necessidade de se ouvir a população para que o sistema de saúde não seja

pautado por uma única lógica instituída. “Se nos dispusermos a escutar as pessoas e, junto com elas, reconstruirmos o que é ou não viável e saudável, vamos contribuir para que cada um viva melhor o seu próprio modo de vida. E seremos profissionais mais revolucionários”, disse.

Um dos temas provocados pelo público durante o debate foi a atual polêmica sobre a formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde, já que parte do grupo da educação popular é contra o curso técnico por achar que isso vai comprometer o perfil de líder e profissional de confiança da comunidade que caracteriza o ACS. José Ivo lembrou que discussões como essas existem porque alguns ambientes idealizam uma pseudo-divergência entre o conhecimento popular como aquele que liberta e o conhecimento científico como o que oprime. “Alguns acham que o que há de mais ‘suspirante’ no ACS é o fato de ele vir da comunidade. Mas ele é um profissional, que passa por uma seleção, recebe salário. Portanto, a ‘pureza’ já foi ‘contaminada’”, disse. E completou: “Não podemos ter a ingenuidade de achar que o saber do povo é suficiente para libertar o povo. A educação popular deve ser trabalhada de modo a mobilizar as pessoas na direção da busca pelos seus direitos”.

Mesas de experiências

Nas mesas-redondas, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), o Cefor de Araraquara, a Unimontes e a ETSUS Blumenau apresentaram suas experiências com cursos de pós-graduação para os professores. A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais apresentou o caminho que percorreu para desenvolver sua pesquisa de egressos, ainda sem resultados finais, e a Estação Observatório dos Técnicos em Saúde, que funciona na EPSJV, mostrou e discutiu alguns resultados do estudo “Trabalhadores Técnicos em Saúde: formação profissional e mercado de trabalho”. A edição impressa da pes-

quisa foi distribuída para todos os presentes. Para o debate de educação a distância, foram expostas as experiências do curso de facilitadores de educação permanente, do Ministério da Saúde; do Proformar, da EPSJV; e da Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional, da EaD da ENSP e também do MS. Sobre estratégias para aprendizagem

significativa, o público assistiu aos relatos de experiências da Escola de Saúde Pública do Ceará e de dois projetos específicos, um da EPSJV e outro do próprio Cefope.

Os arquivos das apresentações, com conteúdo completo em *powerpoint*, serão disponibilizados no site da RET-SUS (www.retsus.epsvj.fiocruz.br). ■

Professora do Cefope de Natal ganha Prêmio Rosália Moura

O desafio de transformar a prática educativa é cotidianamente assumido por todas as Escolas Técnicas do SUS. Mas, este ano, essa expressão pedagógica se tornou motor e subtítulo de uma experiência que rendeu o Prêmio Rosália Moura ao Centro Formador de Natal, Rio Grande do Norte.

Tudo começou em outubro de 2003, quando a professora Lêda Maria Hansen assumiu uma turma de atualização de auxiliares de consultório dentário (ACD). O objetivo era capacitar 30 alunos para que eles desenvolvessem ações de educação em saúde bucal. Mas, em poucas 32 horas, distribuídas em quatro dias de curso, eles conseguiram muito mais do que isso. “Acho que os participantes trilharam seus primeiros passos para ampliar o conceito de prevenção para além da instrução sobre autocuidado bucal, aplicações tópicas de flúor e proibição do consumo de açúcar pelos indivíduos”, diz ela, no texto que relata a experiência. Pouco mais de um ano depois, numa cerimônia que aconteceu durante o 2º Seminário de Educação Profissional do Cefope, seu relato ficou em primeiro lugar na premiação promovida pelo Observatório de Recursos Humanos em Saúde do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Essa foi a segunda edição do concurso, que busca identificar, no estado, experiências inovadoras na área de recursos humanos. O prêmio, financiado pela Organização Pan-americana de Saúde (Opas), foi um computador e uma impressora.

A base da experiência de Lêda é a crença de que a prática docente é um elemento decisivo para uma educação cidadã, que busque formar cidadãos “críticos, criativos e exploradores” e não apenas reprodutores do conhecimento produzido por outros. Para isso, na turma de ACD, ela adotou a metodologia de ‘projetos de trabalho’, entendida como uma estratégia que conecta a escola com o mundo exterior e entende o aluno como responsável pela sua própria aprendizagem. “O trabalho didático tomou como ponto de partida a reflexão sobre as práticas e experiências já construídas pelo grupo, buscando direcionar o seu foco para a construção do conhecimento através da aprendizagem significativa”, explica. Segundo ela, ao longo do processo os alunos foram assumindo cada vez mais uma postura de pesquisa, fazendo investigações, análises, formulando e argumentando. “A experiência mostrou que é possível transformar a prática educativa. Mas essa transformação pressupõe que o professor abandone a tradicional passividade, assuma uma postura crítica e desenvolva uma nova relação com o conhecimento, estudando, teorizando a sua prática e reconhecendo o espaço da sala de aula como fonte fundamental de pesquisa. E, acima de tudo, tenha clareza do tipo de sociedade, de escola e de pessoa que ele pretende ajudar a formar”, conclui Lêda.

O relato completo da experiência está disponível no endereço www.observatorio.nesc.ufrn.br/artigoRelato.php?codigo=208.

Aconteceu nas ETSUS

ETSUS Acre inovou no processo seletivo

Um aluno comprometido com o Sistema Único de Saúde é o que a ETSUS Acre deseja. Por isso, a Escola modificou o processo seletivo para seus cursos. Agora, os candidatos precisam preencher um questionário sócio-profissional e fazer uma prova discursiva. Na primeira avaliação, é levado em consideração o tempo de serviço, o vínculo profissional e a situação econômica medida pelas variáveis tipo de moradia, renda e quantidade de filhos. A segunda etapa consiste em uma prova com estudo de caso, ou seja, são sugeridas situações fictícias ao aluno, que deve explicar o procedimento correto a ser executado. “Queremos avaliar a familiaridade do profissional na área. Para responder à questão, ele deve refletir sobre situações reais da saúde. Além disso, as questões também avaliam o posicionamento ético do candidato”, explica a diretora da Escola, Talita Lima.

Cefor da Paraíba realiza Atualização Pedagógica

A ETSUS Paraíba realizou, durante todo o ano, o curso de atualização pedagógica com todos os professores do curso de auxiliar de enfermagem de sete municípios do estado. Ao todo, foram feitas oito oficinas e cerca de 240 professores e coordenadores foram capacitados.

Inaugurada a sede da ETSUS Amazonas

Novinha em folha. A ETSUS Amazonas inaugurou sua nova sede no dia 12 de novembro, com a apresentação da Orquestra Sinfônica Cláudio Santoro, que tocou músicas locais. A festa reuniu cerca de 2 mil pessoas, incluindo os secretários municipais de saúde e educação e o governador do estado, Eduardo Braga, que cortou a fita.

As aulas começaram logo três dias depois, com os cursos básicos de Aperfeiçoamento dos Conselheiros da Área de Saúde; Informática Básica; e Atendimento ao Idoso, voltado para auxiliares e técnicos de enfermagem.

Os cursos técnicos de biodiagnóstico, hemoterapia, nutrição e



dietética, radiologia, higiene dental, laboratório de prótese dentária, reabilitação de dependentes químicos e técnico em saúde e segurança do trabalho, vão começar a ser oferecidos em fevereiro de 2005, em turmas de 50 alunos.

ETIS inaugura biblioteca e videoteca

No aniversário de 15 anos da Escola Técnica de Saúde Izabel dos Santos (ETIS), no Rio de Janeiro, quem ga-nhou presente foram os alunos e professores. Na comemoração, no dia 7 de dezembro, foram inauguradas a Biblioteca Marilisa Cortes, em homenagem à ex-diretora e a Videoteca Ana Galvão, que leva o nome de uma professora escolhida pelos trabalhadores da Escola. A biblioteca, construída com recursos do componente 2 do

Profae, abriu as portas com 60 títulos, que estão à disposição dos alunos de todos os cursos. A videoteca tem capacidade para 15 pessoas. As Escolas que quiserem doar acervo para esses novos espaços de educação profissional devem entrar em contato com a ETIS.

A cerimônia de aniversário contou com a presença de várias autoridades, incluindo o secretário estadual de saúde do Rio de Janeiro, Gilson Cantarino.

ETSUS Pernambuco forma auxiliares e técnicos de enfermagem

A turma de 21 alunos do município de Salgueiro, em Pernambuco, concluiu o curso de auxiliar de enfermagem, que contou com recursos do Profae, no dia 21 de dezembro. Já em Vitória de Santo Antão, 29 técnicos de enfermagem – todos trabalhadores do PSF da região – se formaram no dia 17 de dezembro. O curso foi desenvolvido com recursos do Proesf (Projeto

de Expansão e Con-solidação da Saúde da Família).

A complementação de auxiliar para técnico de enfermagem foi uma demanda dos próprios profissionais, que queriam aumentar sua qualificação. Um diferencial do curso foi a inclusão, a pedido dos alunos, de disciplinas envolvendo a saúde dos idosos e procedimentos em caso de emergência.